

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.984 - SP (2019/0217923-7)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : RVC MICROCOMPUTADORES E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
**ADVOGADOS : SÉRGIO TAHARA - SP169435**  
**RODRIGO CARLOS AURELIANO - SP189676**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR GARCIA - SP132679**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CONTRATO. CHEQUE ESPECIAL EMPRESARIAL. INSUMO. JUROS. INOVAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.

1. Não incorre em cerceamento de defesa o julgamento imediato da lide que prescinde da realização de prova pericial, diante da possibilidade da exegese contratual mediante apreciação de teses de direito, reiteradamente afirmadas pelo Judiciário. Cerceamento de defesa não caracterizado.

2. Em se cuidando de empresa, não incide o Código de Defesa do Consumidor, porquanto o produto (dinheiro fornecido na atividade produtiva) caracteriza-se como insumo, e o empresário não figura como seu destinatário final.

3. A parte apelante não pode inovar em fase de apelação. Tese de que a taxa de juros praticada seria superior à contratada ou à taxa média de mercado não foi formulada ao juízo de primeiro grau.

Supressão de instância. Inadmissibilidade.

4. A capitalização de juros em contrato bancário firmado após edição da MP 1.963-17/2000 (reeditada sob nº 2.170-36/2001), desde que prevista expressamente, é válida. Nova orientação, baseada no julgamento do REsp 973.827/RS (2007/0179072-3), processado nos termos do art. 543-C do CPC.

5. Conforme súmula 472 do STJ, "a cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual". No caso, houve cobrança cumulada, cabendo seu afastamento.

6. Recurso parcialmente provido.

# Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, a parte ora agravante alegou violação dos artigos 369, 370 do Código de Processo Civil/2015, 122 do Código Civil, 3º, 39 e 51 do Código de Defesa do Consumidor.

Alegou ser devida a aplicação da legislação consumerista à hipótese; que a negativa de produção de provas específicas cerceou seu direito de defesa; e, por fim, ser necessária a exclusão da capitalização de juros.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Preliminarmente, destaca-se que a decisão de admissibilidade (e-STJ, fls. 512/514), ao negar seguimento ao recurso, apoiou-se em tese firmada nesta Corte pela sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973 e 1.036 e seguintes do CPC/15) quanto ao Tema 246, firmando a seguinte tese: *É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.*

Cito, a propósito a respectiva ementa:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos",

# *Superior Tribunal de Justiça*

métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

- "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido. (REsp 973.927/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Relatora p/ acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, julgamento 8.8.2012, DJe 24.9.2012).

O Tribunal de origem, ao exercer o juízo de conformidade e aplicar a tese repetitiva ao caso concreto, o faz em caráter exclusivo e definitivo, de modo que se torna inviável a interposição de qualquer outro recurso com o fim de rediscussão das referidas matérias, sob pena de ineficácia do instituto implantado pela Lei n. 11.672/2008.

Em outro aspecto, quanto ao suscitado cerceamento de defesa, destaco que o Tribunal de origem concluiu pela desnecessidade da produção de prova pericial, assim se pronunciando (e-STJ, fls. 464/465):

A preliminar arguida pela parte apelante deve ser rejeitada. Não houve o anunciado cerceamento de defesa, uma vez que os elementos coligidos eram suficientes para o julgamento do feito. De fato, não há nulidade no julgamento antecipado da lide, se a causa já se encontra madura para apreciação de seu mérito, evitadas procrastinações desnecessárias.

Já decidiu o Excelso Pretória que a necessidade da produção de

# *Superior Tribunal de Justiça*

prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima, se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado (RE 101.171/8 -SP).

E desnecessária a perícia reclamada, uma vez que a verificação da regularidade das cláusulas contratuais demanda análise exclusiva de teses de direito, reiteradamente afirmadas pelo Judiciário.

Cumprе esclarecer que, nos moldes da jurisprudência desta Corte, cabe ao magistrado, como destinatário final da prova e em respeito aos limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENGENHEIRO E DA EMPRESA CONTRATADA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I - Examinados suficientemente todos os pontos controvertidos, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional.

II – Se, diante da prova dos autos, as instâncias ordinárias concluem pela culpa do agravante e pelo nexo de causalidade, entender diversamente esbarra na Súmula/STJ.

III - O Juiz é o destinatário da prova e a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. Assim, a apuração da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide e/ou o indeferimento de prova oral demanda reexame provas, providência vedada em sede de recurso especial. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 771.335/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4.9.2008, DJe 23.9.2008)

Nesses termos, a desconstituição das conclusões adotadas pelo Tribunal revisor seria impossível sem a revisão do conteúdo fático-probatório dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos do enunciado 7 da Súmula do STJ.

Por fim, o entendimento proferido pela Corte local quanto ao afastamento

# *Superior Tribunal de Justiça*

das disposições do Código de Defesa do Consumidor à hipótese ante ao fato da pessoa jurídica não se enquadrar no conceito de destinatária final do produto, está em consonância com o entendimento desta Corte Superior. A propósito, cito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE INSUMOS. PRODUTOR RURAL. NÃO INCIDÊNCIA DO CDC. SÚMULA 83 DO STJ. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA COBRANÇA DE ENCARGOS ABUSIVOS. REVISÃO DESSE ENTENDIMENTO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que, no contrato de compra e venda de insumos, o produtor rural não pode ser considerado destinatário final, razão pela qual, nesses casos, não incide o Código de Defesa do Consumidor. Precedentes. Incidência da Súmula 83 do STJ.

2. Rever os fundamentos que ensejaram o entendimento de que a parte recorrente não comprovou a alegação de cobrança de encargos abusivos pelo credor, exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 705.249/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19.5.2016, DJe 30.5.2016)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e os benefícios da gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora